

LÍNGUAS AFRICANAS NA ERA DO INGLÊS GLOBAL

Ângela Lamas Rodrigues

Universidade de São Paulo

As línguas africanas autóctones são depreciadas, via de regra, em face do prestígio conferido à língua inglesa no mundo da globalização. Se o século XX presenciou a expansão do inglês nos campos da ciência, da tecnologia, das relações internacionais, do turismo e do entretenimento, as línguas africanas, ao contrário, permaneceram invisíveis, exceto enquanto fenômenos culturais necessariamente ligados ao local e a sociedades tradicionais. Essa condição de invisibilidade foi corroborada, em parte, pela importância atribuída à língua inglesa na pós-independência de países africanos até então dominados pelo império britânico, na medida em que foi prontamente nomeada como língua oficial desses países, tornando-se um veículo de mobilidade e ascensão social, promovido e apoiado pelo Estado. Mas foi também reforçada pelos Planos de Ajuste Estruturais promovidos, a partir da década de 1980, por instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, cujos efeitos, como afirmaram Ali e Alamin Mazrui, “interagem perfeitamente com o papel expansivo da língua inglesa enquanto instrumento do capitalismo global”. São instituições que “podem ser consideradas como tendo um enorme interesse nessa interação entre língua e economia, para o detrimento das línguas africanas” (Ali e Alamin Mazrui, 1998, p. 204).

O lugar das línguas africanas no mundo do inglês global pode ser melhor entendido, no entanto, a partir do exame de duas questões frequentemente ignoradas: a importância social e política das línguas autóctones no continente africano e a construção ideológica do inglês enquanto língua universal. São questões que devem ser investigadas a partir de uma perspectiva que leve em conta o prestígio ou o desprestígio das línguas africanas, no passado colonial e no presente, mas também uma divisão lingüística que dita, no mundo contemporâneo, o valor, o alcance, a força e a fraqueza de certas línguas, dependendo de suas filiações culturais, políticas e, sobretudo, econômicas. Um passo importante para o estudo crítico da desvalorização das línguas africanas e, por outro lado, da difusão global do inglês consistiria, assim, no entendimento da idéia mesma de globalização e da produção e manutenção na

atualidade de uma separação sem precedentes entre línguas dominantes e línguas minoritárias. A esse respeito, lembra o escritor e crítico queniano, Ngũgĩ wa Thiong’o, que a convivência assimétrica entre as diversas línguas mundiais deve ser tratada, essencialmente, “em termos de relações de poder” e a partir de uma perspectiva que leve em conta “a produção e a distribuição do conhecimento” no mundo contemporâneo (Rodrigues, 2004, p. 165).¹

A globalização e a língua inglesa: uma estória mal contada

O uso do termo ‘globalização’ no início dos anos de 1980 em escolas estadunidenses de administração de empresas apontava, de forma geral, para a construção de uma economia e cultura globais, privilegiando a abertura de mercados nacionais, a flexibilização de políticas protecionistas, a intercomunicação em tempo real e a suposta prosperidade das diversas nações do planeta. Não demorou muito, no entanto, para que esta visão celebratória da globalização financeira, bem como a idéia de uma cultura globalizada, fosse entendida como processo gerador e potencializador de formas de exclusão social e política, da dependência econômica dos países hoje ditos emergentes, do empobrecimento sem precedentes de certas regiões do planeta, como se observa hoje no continente africano, e da dominação cultural dos Estados Unidos sobre as ex-colônias européias.

Neste segundo contexto, teóricos de diferentes áreas chamaram a atenção para a globalização em termos de uma continuidade em relação ao expansionismo europeu, ao colonialismo de fins do século XIX e à constante reinvenção e reorganização do capitalismo para superação de suas crises sistêmicas. Em *Millennial Dreams*, por exemplo, Paul Smith define a globalização enquanto ideologia (“o sonho do milênio”) que propaga a idéia de um novo mundo integrado ao mesmo tempo em que esconde o acirramento das diferenças entre regiões pobres e ricas do planeta e os dilemas e contradições de uma sociedade mundial cada vez mais fragmentada (Smith, 1997, p. 14-18). Segundo Smith, o capitalismo “globalizado” deve ser entendido historicamente a partir de um estudo das crises inerentes ao sistema capitalista. Nesse sentido, “o processo de globalização não representa uma ruptura radical com a história do capitalismo, mas um resultado de preocupações familiares ao sistema”. Ou seja, a

¹ O trecho citado consta da entrevista intitulada “Beyond Nativism: An Interview with Ngũgĩ wa Thiong’o”, realizada pela autora do presente ensaio, em Setembro de 2003, no Center for Writing and Translation da Universidade da Califórnia (Irvine). Ngũgĩ é diretor do Centro, do qual faz parte Gayatri Spivak e o fazia, até seu falecimento, Jacques Derrida.

globalização consiste em um fenômeno historicamente explicável a partir das crises provocadas pelo capitalismo “no processo contínuo de revolução dos meios de produção” (Smith, 1997, p. 21). “A forma contemporânea e ‘globalizada’ de acumulação do capital”, conclui o autor, “deriva do momento de imperialismo e é em muitos sentidos a continuação do colonialismo e do imperialismo por outros meios” (Smith, 1997, p.19).

Também para o crítico mexicano Pablo González Casanova, é preciso que se entenda a globalização neoliberal a partir de uma perspectiva que aponte para o continuísmo de uma política colonial, devidamente readaptada aos novos tempos. Segundo o autor “o discurso da globalidade” gera uma “reconversão da dependência”, que é, “em grande parte uma recolonização” (Casanova, 2001, p.50). Já Fredric Jameson propôs um entendimento da globalização tanto em termos das “fantasias e ansiedades” que produz quanto do processo em si. Partindo de uma crítica a estudos que discutem menos o processo do que os seus efeitos ou, ainda, os seus componentes isolados, Jameson propõe uma análise da relação intrínseca entre os cinco “níveis” da globalização: o tecnológico, o político, o cultural, o econômico e o social. Nesse sentido, destaca o autor, é preciso que se entenda, por exemplo, o entrelaçamento entre cultura e economia (produzido em grande parte por inovações tecnológicas no campo da comunicação e da distribuição da informação) e a conseqüente ameaça à autonomia e às identidades nacionais (em si, categorias culturais). Dessa forma, a padronização da cultura mundial, caracterizada pela americanização dos meios de comunicação, das artes e do cotidiano das populações nos mais diversos países pode ser entendida como conseqüência, em certo nível, “de um processo de dominação econômica – de indústrias culturais locais fechadas por rivais americanas”. A ansiedade a que se refere o autor, usualmente associada à dominação cultural americana é, na verdade, uma ansiedade *social* causada pelo “medo de que modos de vida étnicos e nacionais específicos sejam destruídos” (Jameson, 2000, p.51).

Para Jameson, a confluência entre cultura e economia constitui, portanto, um dos elementos fundamentais para o entendimento da globalização, que se revela, por exemplo, na indústria do entretenimento:

Os Estados Unidos têm feito um grande esforço, desde o fim da segunda guerra mundial, para assegurar o domínio de seus filmes nos mercados internacionais. (...) Essa tentativa sistemática de desintegrar políticas

‘culturais protecionistas’ é apenas parte de uma estratégia global corporativa (...) de substituição de leis locais por estatutos internacionais que favoreçam as corporações americanas ... (Jameson, 2000, p. 54)

Tais exemplos caracterizam, na visão de Jameson, a transformação da cultura em economia, que, por sua vez, estabelece, sob o gerenciamento dos Estados Unidos, uma agenda política restritiva em relação a práticas culturais nacionais e regionais. Eu acrescentaria como exemplo do choque entre cultura e economia na atualidade a expansão hegemônica da língua inglesa, particularmente a partir do início da década de 1980. É precisamente esta expansão que celebra S. Jenkins no artigo intitulado “The triumph of English”, publicado no *The Times* de Londres em 1995: “... o inglês é a língua global da computação, da informação jornalística e do entretenimento mundial. No globo, o único corpo substancial que tenta manter uma língua ‘estrangeira’ é a Comissão européia francófona em Bruxelas. Com sorte, a expansão [da língua inglesa] colocará fim a isso” (citado em Pennycook, 1998, p. 135-136). O texto de Jenkins parece confirmar a previsão de C. J. Rolleston em *The Age of Folly: A Study of Imperial Needs, Duties, and Warning* (1911) de que a língua inglesa “promete ser em algum momento o idioma do globo” (citado em Pennycook, 1998, p. 134). Outro exemplo encontra-se no texto de James Alatis, “English: Out to Conquer the World”, publicado no *U.S. News & World Report*, em 1985, em que a língua é comparada ao “líquido primordial ... cujo crescimento é imbatível, inexorável e inevitável” (citado em Pennycook, 1998, p. 138). Nesses textos, os autores celebram a hegemonia do inglês como fato natural, deixando entrever a inevitabilidade, assim como as vantagens, de sua expansão e influência global. Omite-se, portanto, o processo de *construção ideológica* do inglês como língua universal bem como os impactos sociais, políticos e culturais de sua condição hegemônica.

Ao menos quatro processos ideológicos figuram na promoção da língua inglesa como língua global: a naturalização de sua expansão (como se não resultasse de forças econômicas e políticas); a crença em sua universalidade (quando o acesso à língua é, em realidade, limitado a uma elite internacional); o apagamento das contradições imbricadas em sua expansão, ou seja, o esquecimento de que a hegemonia do inglês é, em grande parte, uma força de exclusão social e política que marginaliza línguas e a maioria da população mundial; e, finalmente, a produção de um sentido teleológico da história de acordo com o qual a língua inglesa está predestinada a tornar-se a língua

global por excelência (ignorando-se, portanto, as relações de poder que produziram sua hegemonia no curso da história). Como resumiu Jameson, embora celebrado como campo de possibilidades para a concretização de uma interação global verdadeiramente genuína, o inglês é hoje, para muitos, “a língua franca do dinheiro e do poder” (Jameson, 1998, p. 59). Ou seja, a hegemonia da língua inglesa opera como mola propulsora do capitalismo financeiro ao mesmo tempo em que gera bolsões de exclusão social. Essa característica deve ser entendida, evidentemente, a partir da história do imperialismo britânico que informa o passado da língua inglesa, bem como da sua filiação aos Estados Unidos e sua função nos processos de dominação neocolonial que prevaleceram em países da África, Ásia e América Latina após a queda do colonialismo. Significa dizer que a indústria do inglês tornou-se instrumental para a continuação de formas de dominação cultural após o fim do regime colonial britânico. É o que demonstra *The British Council Annual Report* de 1983:

Obviamente já não temos o poder que tivemos no passado de impor nossa vontade, mas a influência britânica persiste de forma desproporcional aos seus recursos econômicos e militares. Isso ocorre em parte porque a língua inglesa é a língua franca da ciência, da tecnologia, e do comércio. A demanda pela língua inglesa é insaciável e nós respondemos tanto por meio dos sistemas educacionais dos países ‘hospedeiros’ quanto em termos comerciais, se o mercado é capaz de suportar. Nossa língua é nosso grande bem, maior que o petróleo do mar norte, e seu suprimento é inexaurível; além disso, embora não tenhamos um monopólio, nossa marca particular continua sendo altamente procurada. Estou contente em dizer que aqueles que guiam as fortunas desse país compartilham da minha convicção na necessidade de se investir e explorar ao máximo esse bem invisível, doado por Deus. (citado em Phillipson, 1992, pp. 144-145)

O relatório apresenta o inglês como uma mercadoria valiosa que participa decisivamente na propagação de valores anglo-americanos. Os países “hospedeiros”, representam, fundamentalmente, as antigas colônias britânicas e países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento na Ásia, África e na América Latina. O indispensável livro de Robert Phillipson, *Linguistic Imperialism*, ajudou a entender melhor essa relação entre o inglês e o mercado, que é mantida, sobretudo, pelo *English Language Teaching* (ELT). Phillipson explica que a hegemonia da língua inglesa é

justificada a partir de três argumentos básicos. Em primeiro lugar, acredita-se que a língua inglesa tenha qualidades intrínsecas que facilitam sua aprendizagem, o que torna adequada a sua universalização. Em segundo lugar, uma vez que a língua é a mais bem equipada em termos de recursos materiais e imateriais (como professores treinados, vídeos, dicionários, livros didáticos, e editoras multinacionais), considera-se que esteja preparada para o consumo mundial, enquanto outras línguas são restritas ao local ou ainda, no caso de certas línguas européias, pouco reconhecidas internacionalmente. Finalmente, acredita-se que a língua inglesa é capaz de qualificar profissionais e dar acesso à tecnologia em áreas científicas, além de facilitar a comunicação entre diversas populações e levar os valores do mundo pós-moderno aos povos ‘primitivos’ e ‘atrasados’ (Phillipson, 1992, pp. 271-283). O autor ressalta, no entanto, que os três argumentos ignoram o imperialismo lingüístico que caracteriza a expansão global do inglês, que marginaliza línguas minoritárias, além de servir como mecanismo de legitimação da indústria do ELT (Phillipson, 1992, pp. 307-308). Vale dizer que Phillipson define imperialismo lingüístico como um conjunto de práticas e ideologias em que a língua é utilizada “como meio para efetuar e manter uma alocação desigual de poder e recursos”. E acrescenta: “uma vez que a língua inglesa é também amplamente utilizada no estabelecimento de elos supranacionais e internacionais, o imperialismo lingüístico que a caracteriza opera globalmente como um meio chave nas relações centro-periferia” (Phillipson, 1992, p. 55).

A partir de tais perspectivas, não é difícil entender as razões pelas quais a língua inglesa tornou-se a língua franca da globalização. Perceber essa cumplicidade ajuda a compreender a falácia da globalização como fenômeno que celebra e promove a diversidade e a diferença. De forma semelhante ao que ocorre no contínuo fechamento de indústrias locais discutido por Jameson, a tentativa de universalização do inglês atua como forma de homogeneização cultural em detrimento da heterogeneidade que caracteriza as diversas sociedades mundiais. Por consequência, agrava-se a divisão intelectual do trabalho entre os que detêm o inglês como capital cultural e os que não possuem acesso à língua e que constituem a grande maioria da população mundial.

Repensando as Línguas Africanas na Era do Inglês Global

Acredita-se que a África possua aproximadamente 2100 línguas. No entanto, é possível que certas línguas ainda não tenham sido catalogadas enquanto outras estão em vias de extinção, o que dificulta uma estimativa precisa do número de línguas vivas no continente.² No *Atlas of the World's Languages in Danger of Disappearing*, a UNESCO lista noventa e sete línguas ameaçadas de extinção em vinte e seis países africanos.³ O risco de desaparecimento fica evidente no caso de línguas como o bubbure, língua afro-asiática, falada na Nigéria por apenas 10 falantes.⁴ Em realidade, estima-se hoje que quase metade das 6.000 línguas vivas no planeta deverá desaparecer em futuro próximo, o que obviamente acarretará uma inestimável perda cultural para a humanidade. Essa é uma questão crucial que deve ser avaliada sem que se perca de vista o surgimento e a manutenção de línguas hegemônicas, como é o caso da língua inglesa, em meio ao processo de extinção de tantas outras. Ou seja, é preciso que se atente para o fato de que a polarização entre tais línguas não constitui um processo natural, ocasionado pela superioridade de umas em relação a outras, mas o resultado de condições materiais e históricas que favorecem línguas específicas.

No caso das ex-colônias ou protetorados britânicos da África, o *status* de língua oficial confere ao inglês uma posição de poder e superioridade em relação às línguas africanas autóctones. Esse privilégio é mantido a partir de uma visão polarizada e estereotipada, que apresenta as línguas européias como mais adequadas para representar o mundo atual, já que sofreram processos de evolução que as línguas africanas não puderam ou não conseguiram acompanhar. E é de tais argumentos que resulta, muitas vezes, o discurso em favor da oficialização de uma língua “neutra”, desenvolvida e modernizante, como é o caso da língua inglesa nas ex-colônias Britânicas. Ignora-se, portanto, o fato de um grande número de línguas africanas serem faladas por milhões de pessoas nessas nações, enquanto outras constituem importantes veículos de comunicação local e regional.⁵

² Ver <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=9670&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> , acessado em 29 de Julho de 2007. Ver também B. F. Grimes, (ed.), *Ethnologue: Languages of the world*. (Dallas/Texas: Summer Institute of Linguistics, 2000).

³ Ibid.

⁴ Ver <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=9962&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>, acessado em 2 de Maio de 2008.

⁵ O inglês é hoje língua oficial em dezessete países africanos: Botsuana, Camarões, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Maurício, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, República Sul Africana, Suazilândia,

Como já demonstraram vários críticos africanos e africanistas, a realidade lingüística desses países evidencia, não raro, uma relação de continuidade com práticas lingüísticas coloniais, sobretudo pelo fato de apenas uma minoria de africanos terem acesso à língua inglesa. A esse respeito, Efurosibina Adegbija afirma que “todo país da África sul-saariana possui um cordão umbilical [com as metrópoles] que não foi ainda totalmente rompido ... o que resulta na predominância das línguas européias” (Adegbija, 1998, p. 19).⁶ O autor acrescenta que o uso de línguas européias na educação e nos domínios oficiais na África é em grande parte responsável por “altas taxas de analfabetismo, (...) alto índice de reprovação nas escolas, (...) e pelo esfacelamento das mobilizações de massa” (Adegbija, 1994, p. 97).

O caso da Tanzânia pode ilustrar melhor essa relação problemática entre a língua inglesa e as línguas africanas. A utilização da língua inglesa na então Tanganyika, protetorado britânico desde 1919, era restrita aos europeus e a uma minoria de africanos treinados para ocupar cargos administrativos. Essa política lingüística seguia os princípios do Governo Indireto.⁷ A língua era portanto utilizada como meio de instrução no segundo e terceiro graus escolares, em cargos administrativos e em atividades comerciais e legais. Entre 1960 e 1967, período que compreende a independência da Tanganyika (1961), a anexação da ilha de Zanzibar e a formação da República Unida da Tanzânia (1964), estabeleceu-se uma política de ampliação do uso da língua inglesa, que passou a ser ensinada e utilizada na escola primária. No entanto, a partir de 1967, a Tanzânia presenciou a promoção do kiswahili como língua nacional, já que a língua era falada por grande parte da população e funcionava como instrumento de integração entre os diversos povos.⁸ Sua valorização decorreu da Declaração de Arusha, concebida

Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Significa dizer que o inglês é não só o principal meio de instrução na educação formal nesses países, mas a língua predominantemente utilizada nos tribunais, na mídia e nos encontros e resoluções governamentais. Entre esses países, oito possuem pelo menos uma segunda língua oficial, mas mesmo nesses casos o *status* oficial da língua inglesa é dominante. São eles: Camarões (francês), Quênia (kiswahili), Lesoto (sesotho), Maláui (chichewa), África do Sul (afrikaans, ndebele, sepedi, sesotho, setswana, siswati, tshivenda, xitsonga, xhosa, zulu), Suazilândia (siswat), Tanzânia (kiswahili), Uganda (Kiswahili), Consultar http://www.unesco.org/culture/worldreport/html_eng/stat2/table6.pdf

⁶ Adegbija é claro em suas observações quando constata que as línguas européias dominam os sistemas políticos, educacionais e midiáticos na África. Por exemplo, o autor ressalta que aproximadamente 80% dos livros e jornais publicados no continente são escritos em línguas européias. Adegbija, *Language*, 19.

⁷ Sobre os princípios do Governo Indireto na Tanzânia consultar: Iliffe, J. *A Modern History of Tanganyika*. Cambridge University Press: 1994.

⁸ O kiswahili é uma língua bantu falada atualmente por cerca de 80 milhões de pessoas em cerca de 10 países africanos. A língua surgiu na costa leste africana, supostamente no início da era cristã, a partir do contato de mercantilistas e navegadores com populações africanas costeiras. Nasceu, portanto, da combinação entre línguas autóctones, o persa e o árabe. A língua se espalha para o interior do leste africano a partir do comércio de escravos realizado no século XIX pelo sultão de Omã, que havia

pelo então presidente Julius Nyerere, que propunha a implementação de um projeto socialista de desenvolvimento do país. Era parte do projeto uma filosofia de educação denominada *Elimu ya Kujitegemea* (Educação para a auto-confiança), cujo propósito principal consistia em preparar indivíduos para prestar serviços às suas comunidades e para desenvolver um pensamento crítico e questionador. Essa filosofia tinha como base a utilização do kiswahili em quase todos os domínios até então monopolizados pelo inglês além de seu emprego como língua oficial nas escolas. O projeto previa a substituição imediata do inglês pelo kiswahili na escola primária. Já no segundo grau, a substituição deveria ocorrer em 1985 e, no ensino superior, em 1992.

De acordo com autores como Ali Mazrui e Ayo Bamgbose, essa decisão (que foi acompanhada por esforços realizados por agências como a *Kiswahili Research and The National Swahili Council* no sentido de propiciar o desenvolvimento da língua) contribuiu para uma crescente participação social e política da população da Tanzânia e, dessa forma, para o processo de democratização do país (Mazrui, 1998, p. 99; Bamgbose, 2000, p. 108). Porém, com a falência da proposta socialista de Nyerere e as eleições dos presidentes Ali Hassan Mwinyi, em 1985, e Benjamin Mkapa, em 1995, teve início um processo maciço de revalorização da língua inglesa em detrimento do kiswahili. O governo de Mwinyi cedeu às pressões dos Planos de Ajuste Estruturais impostos pelo FMI e, em 1987, permitiu a implementação do *English Teaching Support Project*, apoiando o contínuo uso da língua inglesa no ensino de segundo grau, apesar de a língua ter-se revelado, comprovadamente, um obstáculo ao processo de aprendizagem (Mazrui, 1998, p. 203).

A tese de doutorado de Stephen Mugeta Neke, “English in Tanzania: an Anatomy of Hegemony”, ajuda a entender esse último ponto. Como demonstra o autor, o número de alunos que completaram o ensino primário passou de 1.702 em 1963 para 386.563 em 1995, o que se deveu, particularmente, à introdução do kiswahili como meio de instrução, à abolição das taxas escolares, à redução de 8 para 7 anos do ensino de primeiro grau e ao projeto Educação Primária Universal, promovido pelo governo, a partir de 1970, para que toda criança tivesse acesso à educação formal básica. O número proporcional de alunos permaneceu praticamente inalterado no segundo grau, que manteve as políticas educacionais britânicas. Entre os alunos que completaram o

conquistado a ilha de Zanzibar. Mais tarde, a língua é favorecida pela colonização européia que a utiliza como instrumento de unificação lingüística em suas colônias do leste africano. No Brasil a língua é conhecida como suaíle. É chamada de swahili nos países de língua inglesa.

primeiro grau no período de 1963 a 1995, apenas cerca de 16% chegaram ao segundo grau escolar, já que o meio de instrução na escola secundária era ainda a língua inglesa (Neke, 2003, p. 25). Essa exigência mostrava-se, no entanto, artificial. A partir de uma vasta pesquisa de campo, Neke demonstra que um número insuficiente de educadores tanzanianos eram então proficientes em inglês, o que dificultava substancialmente o ensino e a aprendizagem na escola secundária.

Atualmente, a Tanzânia possui cerca de 40 milhões de habitantes. Estima-se que 48% da população viva como menos do equivalente a um dólar/dia, ou seja, abaixo dos níveis internacionais de pobreza, o que se deve, em parte, à falência do sistema educacional, às altas taxas de analfabetismo e aos poucos investimentos governamentais em áreas como educação e saúde.⁹ O país possui cerca de 127 línguas vivas (uma língua, kw'adza, é considerada extinta), a maioria de origem bantu.¹⁰ A língua inglesa padrão é uma das línguas oficiais do país e é falada como segunda língua por cerca de oitocentas mil pessoas.¹¹ Em 1963, o kiswahili foi adotado como língua oficial ao lado do inglês e conta hoje com mais de 30 milhões de falantes (Birgit, 2001, pp. 115-134). Talvez pela quantidade de falantes e pelo fato de ser a língua em que se realiza a alfabetização, o kiswahili possui mais prestígio que a língua inglesa entre os tanzanianos. No entanto, o inglês ainda permanece como meio de instrução a partir do segundo grau escolar, exceto nas disciplinas Educação Política, Religião e Kiswahili (Abdulaziz, 1996, pp. 391-401).

⁹ Consultar <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/TANZANIAEXTN/0,,menuPK:287361~pagePK:141132~piPK:141109~theSitePK:258799,00.html>>, acessado em 15 de Novembro de 2007.

¹⁰Entre elas estão: aasáx, akie, alagua, arabic omani, aramanik, asu, bembe, bena, bende, bondei, bungu, burunge, cutchi-swahili, datooga, dhaiso, digo, doe, fipa, gog, gorowa, gwjarati, gweno, há, hadza, hangaza, haya, hehe, ikizu, ikoma, iraqw, isanzu, jita, kabwa, kachchi, kagulu, kahe, kami, kara, kerewe, kimbu, kinga, kisankasa, kisi, konongo, kuria, kutu, kwaya, kwere, lambya, langi, kuguru, luo, maasai, machame, machinga, magoma, makhuwa, meetto, makonde, malila, mambwe, lingu, manda, maraba, matengo, matumbi, mbugu, ,abugwe, mbunga, mediak, mochi, mosiro, mpoto, mwera, ndali, ndamba, ndendenle, ndengereto, ndonde, hamba, ngasa, ngindo, ngoni, ngulu, ngurimi, nilamba, nindi, nyakyusa, ngonde, nyambo, nyamuanga, nyamweze, nyaturu, nyiha, ogamo, okiek, pangwa, pimbwe, pogolo, tombo, rujiji, rungwa, rwa, safwa, sagala, sandawe, sangu, segeju, shambala, shubi, sizaki, suba, subi, sukuma, sumbwa, kiswahili, sign languages, temi, tongwe, vidunda, vinza, vunjo, wanda, wanjí, ware, yao, zanaki, zaramo, zigula, zinza. Consultar *Ethnologue: Languages of the World*. 14th Edition. <http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=TZ>. As línguas akie, gweno e ogamo são consideradas línguas moribundas, ou seja, com apenas alguns falantes de idade avançada. Já a língua suba é tida como seriamente ameaçada por ser falada por uma população de idade média-avançada. Ver Unesco. *Atlas of the World's Languages in Danger of Disappearing*. <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=8048&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>, acessado em 3 de Janeiro de 2008.

¹¹ Consultar *Ethnologue: Languages of the World*. 14th Edition. <<http://www.ethnologue.com/home.asp>>

A situação na escola secundária permanece a mesma dos anos anteriores. Entre os poucos alunos que cursam o segundo grau, apenas uma minoria chega às universidades tanzanianas. Em 2000, o jornal eletrônico da *Tomric Agency*, distribuído pela allAfrica.com, divulgou que, até aquele ano, de acordo com o professor Dr. C. Ndibalema, da Faculdade de Educação da Universidade de Dar Es Salaam, o país possuía apenas 40.000 graduados, ou seja, pouco mais de 0,1% de sua população.¹²

Um grande número de estudiosos argumenta que entre as principais causas da falência do sistema educacional na Tanzânia estão a desnutrição, as epidemias, o pouco incentivo governamental à educação desde a década de 1980, a pobreza e a exigência de proficiência na língua inglesa a partir do segundo grau. Segundo Neke, a língua inglesa *padrão*, ou seja, formalmente recomendada pelos britânicos, tornou-se sinônimo de educação na Tanzânia a partir da década de 1980, constituindo-se no principal requisito para a aquisição de empregos, sobretudo nos centros urbanos. A língua é, portanto, um capital cultural restrito às elites e intimamente associada a *status*, ascensão social, melhoria de vida e melhores oportunidades de trabalho. Tendo em vista que apenas uma parcela mínima da sociedade possui acesso à língua, sua condição hegemônica gera um processo inevitável de exclusão lingüística e de desigualdade social e política. Pode-se afirmar, portanto, que a valorização da língua inglesa na Tanzânia contribui para a manutenção do que se tornou conhecido como *elite closure* (fechamento das elites), ou seja, a condição na qual “os membros da elite [buscam] políticas que limitam o acesso dos demais ao poder por meio de barreiras lingüísticas, preferindo uma língua oficial falada por uma minoria a uma língua nativa falada pela maioria da população” (Bamgbose, 2000, p. 115).

Considerações Finais

O caso da Tanzânia aponta para o fato de que a questão lingüística na África seja tratada a partir de uma perspectiva que leve em conta os diferentes contextos históricos, políticos e sociais que caracterizam cada nação e as diversas sociedades africanas. Nesse sentido, talvez não seja produtivo pensar em planejamento lingüístico, mas em planejamentos lingüísticos distintos e apropriados a cada situação específica. Ou seja, deve-se ter em mente que determinada política lingüística pode ser divisada e

¹² Tomric News Agency (Dar es Salaam). 29 de junho de 2001. <<http://www.hartford-hwp.com/archives/36/404.html>>

satisfatoriamente adotada em um país, mas não funcionar numa localidade diferente. Se em certo país, o uso oficial e hegemônico de uma língua franca africana ou até mesmo de uma língua européia é apropriado em termos de participação social, em outras regiões, essas mesmas políticas podem agir em sentido contrário, como parece ser o caso em quase todos os países africanos anglófonos. Em todo caso, a valorização das línguas maternas e o respeito à diversidade lingüística e cultural, seja nas escolas, na mídia ou nos domínios oficiais, fazem-se imprescindíveis, como já disseram as resoluções e os autores citados neste texto. A declaração proferida na última conferência realizada pela Association for the Development of African Languages in Education, Science, and Technology (ADALEST), em 2004, sintetiza o assunto:

Uma educação adequada é um direito humano e um dos requisitos fundamentais para o desenvolvimento dos países africanos, para a diminuição da pobreza e do analfabetismo. Levando-se em consideração a realidade plurilíngüe da África, a construção de uma educação eficaz deve fundamentar-se nas Línguas Maternas, a partir de uma política plurilíngüe, com medidas de implementação inteiramente especificadas. Somente tais políticas permitirão o desenvolvimento cognitivo total da personalidade africana e, somente elas, permitirão que os africanos desfrutem de direitos humanos básicos, como o de participar completamente e de forma responsável na vida de suas comunidades e de suas nações como um todo. Uma educação plural, fundada no ensino das Línguas Maternas já se mostrou, a partir de pesquisas e evidências empíricas, possível, relevante, e muito superior em termos de resultados, incluindo-se aqui questões como custo e a própria competência em línguas européias, para não mencionar o desperdício de fontes humanas e recursos financeiros ocasionados pelas políticas atuais.¹³

No início deste ensaio, chamei a atenção para os processos de construção do inglês como língua universal. O que deve ser observado, a partir de tal perspectiva, é o fato de que qualquer língua, uma vez que vá ao encontro de interesses específicos dentro do jogo entre cultura e economia no mundo contemporâneo pode ser (ou poderia ter sido) promovida como língua global. A lingual inglesa é, por razões históricas óbvias, a língua mais adequada para os interesses da economia de mercado atual. Por outro lado, as línguas africanas, foram e continuam sendo negligenciadas em seus valores culturais,

¹³ Consultar <<http://www.adalest.com>>

sociais e políticos não, como geralmente se justifica, por falta de terminologias ou por estarem inevitavelmente ligadas ao local, mas porque foram historicamente privadas de possibilidades conferidas ao inglês para se tornar uma língua de poder. Portanto, embora possa não ser possível reverter o predomínio global da língua inglesa, ele deve ser interrogado, desmistificado e criticamente entendido da mesma forma que o lugar das línguas africanas deve sofrer rigorosa reavaliação.

Referências Bibliográficas

ABDULAZIZ, M.H. (1996). East Africa (Tanzania and Kenya). In: CHESHIRE, J. (Org.). *English Around the World – A Sociolinguistic Perspective*. Cambridge, Cambridge U. Press, pp. 391-401.

ADEGBIJA, E. (1994). *Language Attitudes in Sub-Saharan Africa: A Socialist Overview*. Clevedon, Multilingual Matters LTD.

BAMGBOSE, A. (2000). *Language and Exclusion: The Consequences of Language Policies in África*. Hamburg, Lit.

BIRGIT, Brock-Utne. (2001). Education for all: in whose language? *Oxford review of education*, v. 27, n. 1, pp. 115-134.

CASANOVA, P. G. (2001). Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, Vozes, pp. 46-62.

ETHNOLOGUE: *Languages of the World*, <http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=UG>, acessado em 2 de Abril de 2007.

JAMESON, F. (2000). Globalization and Political Strategy. *New Left Review*, v. 4, pp 49-68.

___. (1998). Notes on Globalization as a Philosophical Issue. In: JAMESON, Fredric; e MIYOSHI, Masao (Org.). *The Cultures of Globalization*. Durham, Duke University Press, pp. 54-77.

MAZRUI, Ali A. e MAZRUI, Alamin M. (1998). *The Power of Babel: Language and Governance in the African Experience*. Nairobi, East African Educational Publishers.

NEKE, Stephen Mugeta. (2003). *English in Tanzania: An Anatomy of Hegemony*. Tese de doutorado em Letras. Faculteit Van de Letteren en Wijsbegeerte. Universiteit Gent.

<<http://cas1.elis.rug.ac.be/avrug/pdf03/neke.pdf>>, acessado em 11 de Novembro de 2006.

PENNYCOOK, A. (1998). *English and the Discourses of Colonialism*. New York, Routledge.

PHILLIPSON, R. (1992). *Linguistic Imperialism*. Oxford, Oxford University Press.

RODRIGUES, A. L. (2004). Beyond Nativism: An Interview with Ngũgĩ wa Thiong'o. *Research in African Literatures*. v. 35, n. 3, pp. 161-167.

SMITH, P. (1997). *Millennial Dreams: Contemporary Culture and Capital in the North*. London – New York, Verso.

UNESCO. (2005). *Atlas of the World's Languages in Danger of Disappearing* <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=8048&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>, acessado em 2 de Maio de 2008.